



UNIDADE INDEPENDENTE CLASSISTA e COMBATIVA

ABAIXO O ELEITORALISMO!

Organizar a luta dos trabalhadores por suas reivindicações com os métodos da luta de classes

RE de 22 de agosto de 2024

Nesta primeira reunião de Representantes Sindicais do segundo semestre, nos encontramos diante de um acirramento dos ataques do atual governo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB) e da total apatia da direção sindical composta também por candidatos à vereança da cidade de SP. Nunes confirmou a adesão das escolas municipais ao programa de escolas cívico-militares do governador Tarcísio (Republicanos) que prevê a presença do braço armado da repressão estatal - a polícia - dentro das escolas, recebendo até mais do que os professores para controlar e reprimir nossos estudantes. O programa, além de ser uma aberração do ponto de vista do trabalho pedagógico, amplia os passos da privatização das escolas municipais. Privatização que também se aprofunda com a implementação das PPP (Parcerias Público-Privadas) para construção, manutenção e operação de cinco novos CEUs. Nós, que estamos nas escolas, sabemos bem como a privatização e terceirização precarizam ainda mais o trabalho e não atendem às demandas do serviço público para a comunidade escolar, enquanto enriquece os bolsos de determinados setores do empresariado e abre espaço para os desvios de verbas da educação.

O PDE (Prêmio de Desempenho Educacional) já se consolidou como um instrumento de disciplinamento do trabalhador nas escolas, aprofundando a “mini reforma administrativa” da Prefeitura de São Paulo de 2021 que reduziu a concessão de abonadas. Através do PDE, o governo pune os trabalhadores que utilizam qualquer abonada e o resultado nas escolas é a frequência de trabalhadores adoecidos que necessitam do PDE para complementar um salário cada vez mais defasado. Soma-se a isso, a enorme pressão e perseguição nas escolas para que a meta de alfabetização no segundo ano do Ensino Fundamental seja atingida em meio à campanha eleitoral. Para isso, SME autorizou através de normativa, a reorganização de estudantes, durante o período letivo, separando estudantes com maiores dificuldades dos seus colegas e professores para formar novas turmas para atendimento intensi-

vo na alfabetização em diferentes semanas. Ou seja, ao ignorar nossa demanda histórica pela redução do número de estudantes em sala de aula, especialmente nos anos iniciais, SME distorce esse atendimento reduzido, segregando estudantes e privando-os do acesso à totalidade do currículo escolar.

Com tudo isso, a direção do SINPEEM tem direcionado seus esforços para divulgar séries de streaming, promover festas temáticas e viagens para seus hotéis, numa clara política de despolitização dos trabalhadores. E é essa a política que tem levado a cabo nos últimos anos, canalizando todos os processos de luta para o parlamento burguês, como fez na última greve. Isso porque grande parte de seus diretores são candidatos ou cabos eleitorais de candidatos à vereança nestas eleições municipais.

Ao desmobilizar os trabalhadores e desacreditar nossos métodos históricos de luta como insuficientes, a direção do SINPEEM atua como verdadeiro agente do governo dentro da nossa organização de classe, criando a ilusão de que uma “bancada” de educadores, de trabalhadores ou qualquer outra denominação “progressista” poderia barrar os ataques do governo ou até mesmo apoiar um governo mais à esquerda. Essa é uma brutal traição! A estrutura estatal - governo, parlamento, judiciário - não são instâncias abstratas ou vazias de conteúdo de classe, que se pode preencher com os interesses da nossa classe. Pelo contrário, são instrumentos de dominação burguesa que foram criados para assegurar a nossa exploração de classe. É por este motivo que, por abandonar nossos métodos de luta e apostar na pressão parlamentar, temos sofrido tantas derrotas e retrocesso dos nossos direitos; estes sim, conquistados na luta direta, através da ação direta!

NÃO PODEMOS PERMITIR QUE O NOSSO INSTRUMENTO DE LUTA - O SINDICATO - SE TRANSFORME EM PALANQUE E TRAMPOLIM ELEITORAIS POR ESTA DIREÇÃO! É PRECISO RETOMAR A LUTA COM OS NOSSOS MÉTODOS, QUE TAMBÉM CHAMAMOS DE AÇÃO DIRETA!

ABAIXO A TERCEIRIZAÇÃO! PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODAS AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS, COM ESTABILIDADE E ISONOMIA DE DIREITOS!

A terceirização dos serviços de limpeza e merenda nas escolas têm se precarizado cada vez mais, rebaixando a força de trabalho e provocando prejuízos ao atendimento escolar, enquanto uma máfia de

empresários lucram fortunas com a exploração desses trabalhadores e com fornecimento de materiais de péssima qualidade e em quantidade insuficiente para o atendimento dos estudantes e servidores.

No início do mês de agosto algumas dessas empresas contratantes das equipes de limpeza das escolas deixaram de pagar o salário das trabalhadoras, mão de obra majoritariamente feminina, bem como atrasou o pagamento de benefícios, como vale alimentação e vale transporte. Em algumas regiões as trabalhadoras responderam com a paralisação dos serviços, mesmo sem apoio dos seus sindicatos, que são patronais, demonstrando compreender que só a luta coletiva é capaz de impor aos patrões o atendimento de suas reivindicações. O movimento só não avançou, pois não houve apoio dos seus sindicatos e nem tampouco do SINPEEM, que diz lutar contra a terceirização, mas na prática não faz absolutamente nada, ignorando a situação desse setor, se escondendo atrás do discurso da defesa exclusiva do concurso público.

Essa situação de atraso de pagamento e benefícios ocorre com muita frequência, parece haver um rodízio entre as empresas para que não aconteçam ao mesmo tempo, o que poderia levar

a uma mobilização generalizada dos trabalhadores, isso em meio a um contexto de troca constante de empresas e inclusive de alegação de processo de falência, que obviamente mais uma vez o prejuízo recai sob os trabalhadores que são contratados por outras empresas e ficam sem receber da anterior.

Nós, da unidade independente classista e combativa defendemos a imediata efetivação desses trabalhadores, sem necessidade de concurso público, pois atuam dentro das escolas, alguns há muitos anos, motivo suficiente para comprovar que estão aptos ao trabalho. Essa é a única bandeira consequente para pôr fim a terceirização, o que não significa, como dizem aqueles que descaracterizam nossas bandeiras, que somos contra a realização de concursos públicos, pelo contrário, após a efetivação desses trabalhadores, que significa o fim dos contratos com essas empresas sem abandonar os trabalhadores, a realização de concursos para completar o quadro será necessário que ocorra com frequência.

POR UM CONGRESSO CLASSISTA QUE ORGANIZE A LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Diante de todos esses ataques, impõe-se a necessidade de nos organizar para a luta, e para isso, temos uma importante instância que se avizinha que é o nosso Congresso Sindical. O 33º Congresso do SINPEEM não pode novamente ser tomado pelo distracionismo e pelo proselitismo parlamentar. São anos a fio com Congressos que deveriam ter um caráter prioritariamente político, tendo esse cunho deliberativo e organizativo cada vez mais distorcido e reduzido em tempo e qualidade dos debates.

As organizações e trabalhadores independentes que compõem a UICC defendem que o debate político e organizacional seja central nos dias de congresso. Para isso, entendemos que toda a organização que vem sendo consolidada pela burocracia, de cada vez mais palestras motivacionais, atividades culturais e formativas, feira e espaço de massagem deve ser depreciada.

Em vista da despolitização a qual a burocracia sindical impôs aos trabalhadores da educação através desse formato de congresso, no lugar destas atividades devem-se organizar espaços onde se floresça o debate teórico-político sobre

a importância histórica dos sindicatos como instrumento de luta, sobre a recuperação dos métodos de luta próprios dos trabalhadores e principalmente sobre como levantar as reivindicações mais sentidas da classe e assim derrotar TODOS os governos, municipal, estadual e federal que, mesmo com suas disputas internas, convergem nas políticas de ataque aos trabalhadores assalariados em geral e também a todo o funcionalismo público e aos trabalhadores da educação.

Nesse sentido, é necessário que o debate sobre a organização de nosso Congresso seja aberto a todos os trabalhadores da educação, essa discussão não pode ser relegada a uma cúpula de “diretores” que fizeram do nosso instrumento de luta seu meio de vida. ***Que essa discussão seja pautada pela independência de classe e pela democracia operária.***



ASSINE AS EMENDAS DA UICC:
<https://forms.gle/s8dy6x9tmkgHbopQ9>



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES